



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA**

PARECER JURÍDICO

AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 060 DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

**INCLUI PROGRAMA NO PPA, NA LDO, ABRE CRÉDITOS
ESPECIAIS E APONTA RECURSOS.**

O presente projeto foi apresentado para análise Legislativa e visa conforme artigos autorizar o poder executivo a incluir programa no PPA, na LDO e abrir os seguintes créditos especiais no orçamento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação – 1259 FEAS Piso Gaúcho Especial - Mulher

Dotação: 1002 08 244 0042 1259 339014 00 00 00 00 1661 R\$ 5.000,00

Dotação: 1002 08 244 0042 1259 339030 00 00 00 00 1661 R\$ 2.000,00

Dotação: 1002 08 244 0042 1259 339039 00 00 00 00 1661 R\$ 4.000,00

Dotação: 1002 08 244 0042 1259 449052 00 00 00 00 1661 R\$ 5.000,00

O projeto especifica que serve de recurso para abertura dos créditos o repasse do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social de Barra Funda, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do cofinanciamento estadual do Piso Gaúcho Especial – Mulher, vinculado ao Programa de Proteção e Promoção dos Direitos da Mulher.

Quanto à legalidade o presente projeto está em conformidade com A LEI MUNICIPAL Nº 1.492, DE 27/11/2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias, diante do que dispõe o artigo abaixo:

Art. 26 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei no 4.320/64.

Ainda, segue orientação da Lei nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, que institui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, art. 41 e seguintes:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

Conforme demonstrado no projeto, há recursos disponíveis.

Em face ao exposto, o projeto é LEGAL e CONSTITUCIONAL, nos termos da LEI MUNICIPAL Nº 1.492, DE 27/11/2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, que institui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, razão pela qual O PARECER desta Assessoria Jurídica é FAVORÁVEL, estando apto a ser analisado pelo legislativo.

Barra Funda, 23 de setembro de 2026.

Jaqueli da Silveira
Assessora jurídica/OAB RS 86.539